

MERCADOS



Bovespa renova pico intradia do ano e sobe 0,57%; dólar cai 0,75%

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) voltou a renovar a máxima do ano, durante a sessão, e parecia a caminho de encerrar o dia também no maior nível desde 2 de outubro, mas perdeu parte da força em direção ao fechamento, em alta de 0,57%, aos 132.067,69 pontos, com giro a R\$ 19,7 bilhões. Entre a mínima e a máxima, foi dos 131.325,36 aos 133.471,08 pontos, saindo de abertura aos 131.326,63.

Na semana, ainda não neutraliza perdas (-0,21%), com ganhos no mês a 7,55% e no ano a 9,80%. O dia foi de alta bem espalhada pelas ações de maior peso, como Vale (ON +0,33%), Petrobras (ON +0,97%, PN +0,79%) e, entre os grandes bancos, Bradesco (ON +0,78%, PN +1,66%).

Na ponta vencedora do Ibovespa (Índice Bovespa), Vamos (+15,62%), empresa de locação de máquinas e equi-

pamentos que reportou lucro bem recebido pelo mercado, aponta Mathews Lima, analista da Top Gain.

Assim, com ganho de dois dígitos na sessão, ficou à frente de Hapvida (+7,21%), CVC (+6,6%) e LWSA (+5,02%). No lado oposto, RD Saúde (-2,54%), Embraer (-2,12%), Petz (-1,87%), São Martinho (-1,67%) e Marfrig (-1,57%).

DÓLAR

O dólar apresentou queda firme na sessão de ontem, e até esboçou fechar abaixo R\$ 5,70 em dia marcado por recuo da moeda americana no exterior.

Com mínima a R\$ 5,6729, o dólar à vista terminou o dia cotado a R\$ 5,7092, em queda de 0,75%, interrompendo uma sequência de três pregões de alta, em que havia acumulado valorização de 1,85%.

Em março, a moeda apresenta recuo de 3,5%, o que leva a uma desvalorização de 7,62% no ano.

INSS

Teto de juros do consignado subirá para 1,85% ao mês

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) pagarão mais nas futuras operações de crédito consignado. Por 12 votos a 1, o Conselho Nacional da Previdência Social (CNPS) aprovou nesta terça-feira (25) o novo limite de juros de 1,85% ao mês para essas operações.

O novo teto é 0,05 ponto percentual maior que o limite atual, de 1,8% ao mês, nível que vigorava desde o início de janeiro. O teto dos juros para o cartão de crédito consignado foi mantido em 2,46% ao mês.

Propostas pelo governo, as medidas entram em vigor cinco dias após a instrução normativa ser publicada no Diário Oficial da União, o que ocorrerá nos próximos dias. Os bancos haviam pedido a elevação do teto

para 1,99% ao mês. O governo proporia um teto de 1,88% ao mês, mas desistiu da ideia para apoiar a proposta da Confederação Nacional do Comércio (CNC), de teto de 1,85%.

A justificativa para o aumento foram as altas recentes na Taxa Selic, que define os juros básicos da economia. Desde janeiro, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central elevou os juros básicos de 12,25% para 14,25% ao ano. Por causa dos juros maiores, diversos bancos pararam de conceder crédito consignado, alegando inviabilidade das operações com o teto atual.

Apenas o representante dos bancos votou contra a medida, alegando descompasso entre os juros do consignado e a realidade do mercado financeiro.

As instituições financeiras pediam teto de 1,99% ao ano para permitir a retomada plena

das concessões. Uma resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) de 2021 determina a viabilidade econômica da concessão de crédito consignado ao INSS.

Com o novo teto, os bancos oficiais poderão continuar ou voltar a emprestar pela modalidade. Segundo os dados mais recentes do Banco Central (BC), referentes à última semana de fevereiro, o Banco da Amazônia cobrava 1,84% ao mês, percentual acima do teto e, portanto, sem emprestar; já a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, 1,8% ao mês.

Quando a taxa média está acima do teto atual de 1,8% ao mês, essas taxas, na prática, significam que as instituições suspenderam a oferta desse tipo de crédito. O levantamento do BC considerava apenas a alta da Taxa Selic em janeiro, sem considerar a elevação em março.

IMPASSE

Em agosto de 2023, quando o Banco Central começou a cortar a Selic, o ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, havia dito para a pasta acompanhar o movimento e propor reduções no teto do consignado à medida que os juros baixarem. Durante o ciclo de baixa dos juros básicos, o CNPS reduziu o teto do crédito consignado aos segurados do INSS.

Com novo início de ciclo de alta da Selic em setembro do ano passado, o aumento do teto dos juros do consignado não acompanhou a evolução da taxa básica. O limite ficou inalterado de junho do ano passado a janeiro deste ano. Com a situação, instituições como Banco do Brasil, Itaú, Santander, Pan, BMG, Mercantil e Banrisul chegaram a suspender a oferta do consignado do INSS nos correspondentes bancários no fim de 2024.

EUA

737 MAX: Juiz ordena julgamento para Boeing

O juiz federal responsável pelo caso criminal contra a Boeing nos Estados Unidos determinou que a empresa será levada a julgamento, aumentando as chances de que a gigante aeroespacial terá que se declarar culpada ou se defender de uma acusação que já havia reconhecido ter cometido.

A decisão foi tomada um dia após o Wall Street Journal informar que a Boeing tentava anular um acordo anterior, no qual se declararia culpada por ter enganado os reguladores antes dos dois acidentes fatais com aviões 737 MAX.

A Boeing e o Departamento de Justiça dos EUA (DOJ), na sigla em inglês) deveriam apresentar mudanças no acordo até 11 de abril. Uma das alterações em discussão era a possibilidade de a Boeing dispensar a contratação de um monitor externo, conforme noticiado pelo Journal.

O juiz distrital Reed O'Con-

nor cancelou esse prazo hoje e ordenou que as partes se preparassem para o julgamento, marcado para 23 de junho. Anteriormente, ele havia rejeitado o acordo devido a preocupações sobre questões de diversidade na escolha do monitor externo que supervisionaria a Boeing como parte do acordo.

Em 2021, a Boeing admitiu ter enganado os reguladores de segurança aérea sobre um aspecto do 737 MAX envolvido nos desastres, que resultaram na morte de 346 pessoas. Os promotores planejam usar essa admissão para processar a empresa, afirmou Paul Cassell, advogado das famílias das vítimas.

"O juiz está dizendo por que estamos discutindo coisas que já foram resolvidas há muito tempo", disse Cassell. "Isso parece um míssil de cruzeiro atingindo a cúpula da Boeing." Porta-vozes da Boeing e do DOJ se recusaram a comentar.

BARREIRINHAS

Reforma da renda é uma questão política

FERNANDA TRISOTTO/AE

O secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, disse que a reforma da renda ampla é uma questão de viabilidade política. Ele participa nesta terça-feira, de evento promovido pela Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE) para discutir a proposta de ampliação da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, que é compensada pela tributação da alta renda, e foi questionado sobre o envio de um projeto mais amplo.

"A questão da reforma da renda é uma questão de viabilidade política. Não lançamos nada sem conversar antes, como nós estamos fazendo aqui. Não é fácil fazer uma reforma de uma vez, de fato. E nós apontamos isso naquele prazo constitucional. Nós estamos fazendo uma primeira etapa, que é a tributação dos fundos fechados, offshore, subvenção de investimento, que já foi muito importante, inclusive, para a equidade do ambiente de negócio. E estamos avançando. Não é pouca coisa o que nós fizemos", argumentou.

FAZENDA

Haddad diz que implementação da reforma tributária ainda vai até 2032

LUCIANO NASCIMENTO/A BRASIL

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que a luta pela implementação da reforma tributária ainda vai se desenrolar até 2032, em especial para combater os lobbies para excluir da reforma diferentes setores.

Durante evento na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), na capital paulista, o ministro disse considerar como único defeito da reforma, a ampliar as exceções para pagamento de impostos.

"Se pudesse colocar um defeito nesta reforma — diante do caos que estamos vivendo, é até pecado dizer que é defeito — é a gente ampliar as exceções, porque isso faz com que a alíquota padrão vá se distanciando dos 21 22% de alíquota média", afirmou. "Então, a luta não acabou. Do meu ponto de vista, o recado que a gente tem que ter aqui é que assim, luta não acabou. Nós temos uma reforma, a melhor possível em regime democrático", acrescentou.

Haddad disse acreditar que isso poderá ser reavaliado ao final do prazo de transição em 2032. Aos empresários, o ministro afirmou que essas exceções levam a um aumento da alíquota média Imposto sobre Valor Agregado (IVA), o novo tributo que substituirá os impostos e contribuições que vigoram atualmente.

Além de prever a isenção tributária para produtos da cesta básica, a devolução de impostos para famílias de baixa renda, chamada

de cashback, o texto da lei complementar definiu, entre outros pontos, a inclusão de novos setores com redução da alíquota em 60% e também definiu 18 atividades por profissionais liberais que terão alíquota reduzida em 30%.

Com inclusão de exceções para setores da economia e produtos, a alíquota-padrão do IVA subiu para 27,84%, segundo cálculos preliminares. Isso porque alíquotas menores para um segmento significa alíquota maior sobre os demais produtos.

A lei complementar da reforma foi sancionada em janeiro. Ela instituiu um teto de 26,5% para a alíquota-padrão. Em 2031, uma avaliação estimará se as alíquotas finais do IVA, que entrarão em vigor em 2033, serão maiores que 26,5%. Caso positivo, o governo enviará um projeto para reduzir as exceções a setores e produtos, que precisará ser aprovado até o fim de 2032, para reequilibrar a alíquota-padrão em 26,5% em 2033.

GATILHOS TRIBUTÁRIOS

A partir de 2033, haverá gatilhos automáticos para reduzir a carga tributária a cada vez que a taxa de referência ultrapassar 26,5%.

"É uma transição que vai exigir tenacidade do progresso nacional de resistir aos lobbies que vão surgir daqui até 2032 para tentar ampliar ao invés de diminuir as exceções que fazem com que a alíquota máxima se distancie da alíquota média", defendeu Haddad. "Nós vamos ter que ba-

talhar muito para essa reforma se concluir, a transição se concluir e até 2032 nós podemos sim reavaliar as exceções e diminuir o número delas para que a alíquota padrão se aproxime da alíquota média", concluiu.

JET SKI

Haddad também criticou o governo anterior, afirmando que a única contribuição de Jair Bolsonaro para reforma tributária foi reduzir o imposto de importação sobre jet ski. O ministro lembrou ainda que Bolsonaro chegou a se reunir com parlamentares do PL, seu partido, no Congresso Nacional, onde defendeu o voto contrário à aprovação da reforma.

"A única iniciativa do governo anterior em relação à reforma, não foi uma medida de pouca importância, uma medida de grande importância que dialogou com toda a população brasileira, foi a redução do imposto sobre o jet ski. Isso, sim, foi a grande legado do governo anterior em relação à reforma tributária", disse. "Vamos nos lembrar que o ex-presidente da República esteve no Senado Federal mudando o voto para prejudicar a indústria brasileira, lembrou.

Durante o evento, Haddad classificou a reforma tributária como uma das três frentes mais importantes pela modernização do Brasil. As outras duas frentes, para o titular da Fazenda, são as áreas de crédito e infraestrutura.

"Nós temos um problema do sistema de crédito no Brasil, o que inclui a rolagem da dívida pública

e o seu sistema de rolagem, os juros que nós pagamos no Brasil para rolar a nossa dívida, e um outro problema de infraestrutura que é voltar a perseguir a melhoria da nossa qualidade de educação.", afirmou Haddad.

Em relação ao crédito, o ministro citou medidas aprovadas e implementadas em sua gestão, como o empréstimo consignado privado, a trava no rotativo do crédito, o Desenrola e o marco de garantias.

"O crédito consignado que entrou no ar na sexta-feira, permitindo ao trabalhador da ativa os mesmos benefícios dos aposentados e servidores públicos; a trava no rotativo do cartão de crédito, que chegava a 400% no Brasil; o desenrola, o marco de garantias que permitiu a indústria vender 14% mais de veículos, 16% mais de televisores, linha branca, tudo o que aconteceu no Brasil ano passado e que tem no marco de garantia um dos seus pilares, tudo isso tem que funcionar cada vez melhor", afirmou.

Na avaliação do ministro, o país precisa voltar a olhar para a indústria com maior seriedade e que a reforma tributária pode dar uma grande sustentabilidade por uma agenda de reindustrialização do país.

"Mas há uma nova indústria, uma indústria verde, uma indústria que abre oportunidades, uma indústria que exporta, além de atender o mercado interno, uma indústria eficiente, com capacidade de concorrer com os players globais", disse.

Nota

BÔNUS DE ITAIPU É ESTIMADO, PRELIMINARMENTE, EM R\$ 657 MILHÕES

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) está prevendo, em estimativas preliminares, o total de R\$ 657 milhões que deverá ser considerado para a distribuição do chamado "bônus de Itaipu" em junho deste ano. O valor beneficia todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional (SNI). O diretor-geral da Aneel, Sandoval Feitosa, reforçou que o montante previsto é com base em cálculos preliminares. O valor definitivo será conhecido apenas no fim de abril, quando a Empresa

Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional (ENBPar) encaminhar o saldo oficial à Aneel. Os R\$ 657 milhões são o resultado líquido estimado após uma série de deduções. A chamada conta de Itaipu é abastecida com receitas decorrentes dos pagamentos das distribuidoras com o repasse da potência contratada de Itaipu ou por outras fontes de receitas, como a comercialização da energia secundária alocada à Itaipu na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). A conta totalizou R\$ 1,5 bilhão até o fim do ano passado, considerando recursos de anos anteriores. Desse total, foi descontado o déficit específico do exercício de 2024 no valor de R\$ 355 milhões.

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE

ÁGUAS DAS AGULHAS NEGRAS S.A.

CNPJ 09.195.493/0001-37

Balanco patrimonial 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais) Nota 31/12/2024 31/12/2023

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais) Nota 30/12/2024 30/12/2023

risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. 3.2. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Concessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributos sobre as receitas: As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo Aliquotas Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) 1,65%

Demonstração dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais) 31/12/2024 31/12/2023

Equipamentos de informática 5 anos Veículos 5 anos Máquinas e equipamentos 10 anos Móveis e utensílios 10 anos Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva.

Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado. 3.10. Provisões: Geral: São reconhecidas quando a Concessionária possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. E provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais) 31/12/2024 31/12/2023

3.6. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao custo amortizado, e (iii) mensurados ao custo amortizado.

3.11. Receita operacional: i) Receita de prestação de serviços: Receitas relativas ao tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. São reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas, cujos serviços já foram prestados, são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços concluídos. A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. ii) Receitas de construção: A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente, sendo a correspondente receita reconhecida ao resultado. Para mensuração destas receitas, a Concessionária estima que a margem é irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção. 3.12. Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros e multas vinculadas à operação. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva.

1. Contexto operacional: A Águas das Agulhas Negras S.A. (a "Concessionária"), sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada na Avenida Professor Antônio Esteves, nº 1.000, Morada da Colina, no Município de Resende, Estado do Rio de Janeiro - Brasil, controlada pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., uma sociedade de propósito específico de concessão entre a SANEAR (Concedente), a Prefeitura de Resende (Interveniente) e a Águas das Agulhas Negras S.A. (Concessionária), através do Contrato de Concessão nº. 018/2007 de 30 de novembro de 2007, com prazo de 30 anos a partir da emissão da ordem de serviço inicial do contrato, que foi em 01 de janeiro de 2008, tendo o presente contrato a previsão de término para janeiro de 2038. Seu objeto é a gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários no perímetro urbano do Município de Resende, Estado do Rio de Janeiro, compreendendo, inclusive, as sedes distritais. O serviço público de água e esgoto compreende os serviços de operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e a cobrança direta aos usuários dos serviços, abrangendo, ainda, estudos técnicos, serviços e obras necessários à consecução deste objeto ao longo do período de Concessão. A remuneração da Concessionária pelos serviços prestados considera a tarifa contratual cobrada diretamente dos usuários, conforme proposto no contrato de concessão, e tem por base os volumes de água e esgoto faturáveis e aos demais serviços, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido pela Concessionária. A tarifa, conforme contrato, será reajustada anualmente ou toda vez que for comprovada quebra do equilíbrio econômico-financeiro para uma das partes, de forma a realizar a devida remuneração dos custos de operação, manutenção e financiamentos, decorrentes dos investimentos realizados. O presente contrato de concessão possui cláusula de outorga que se dá pelo percentual de 3,476% aplicado sobre a arrecadação líquida oriunda do fornecimento de água tratada e coleta e tratamento de esgoto. Findo o prazo da presente concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Concessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os serviços concedidos, serão revertidos automaticamente para a Prefeitura de Resende sem contrapartida financeira. O passivo circulante está superior ao ativo circulante no montante de R\$9.721 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 16.023 em 2023). A Companhia vem gerando lucro em suas operações e o caixa gerado pelas operações tem sido positivo. Não observamos riscos ao refinanciamento, uma vez que a Concessionária goza de boa avaliação creditícia e possui histórico positivo em suas discussões de refinanciamento junto às instituições financeiras. Adicionalmente, os acionistas da Concessionária possuem habilidade e intenção de prover recursos financeiros adicionais, se necessidade houver. 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Adicionalmente, a Concessionária considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 (R1), na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Concessionária preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Concessionária não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Concessionária. Em 19 de março de 2025, a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024. 2.2. Base de mensuração: As demonstrações financeiras da Concessionária foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Concessionária. 3. Políticas contábeis materiais: 3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a

3.7. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros: Os ativos da Concessionária são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. A Concessionária baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária. 3.8. Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Concessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos. 3.9. Tributos: Imposto de renda e contribuição social correntes: A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de doze e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos tendo como base as adições e exclusões temporárias, oriundas das diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores considerados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço, avaliando-se a sua recuperabilidade, de acordo com premissas de projeções, e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser

3.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024: A Concessionária aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Concessionária decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados. Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1), esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. 3.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Concessionária, estão descritas a seguir. A Concessionária pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. CPC 26 (R1) Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras: introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. As alterações entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. No Brasil a adoção antecipada não é permitida. A Concessionária está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e notas explicativas às demonstrações financeiras. IFRS 19 Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações: permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis. A IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. A aplicação da referida norma, até o momento, não será elegível pela Concessionária. Alterações ao CPC 18: a atualização do Pronunciamento contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações contábeis individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas demonstrações contábeis separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham impactos nas demonstrações financeiras, visto que a Concessionária não possui investimentos. Alterações ao CPC 02: as alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações financeiras compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham impactos nas demonstrações financeiras da Concessionária. 4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Julgamentos: A elaboração das demonstrações financeiras pela Concessionária requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em períodos futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado. Estimativas e premissas contábeis: As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir: a) Vida útil dos ativos intangíveis: Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando estão disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Concessionária. b) Provisões para riscos cíveis e trabalhistas: A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. c) Provisão para perdas esperadas de crédito das contas a receber: A Concessionária registra as perdas esperadas de crédito esperadas de contas a receber, considerando a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, vencimento da carteira de contas a receber e expectativas de perdas futuras. Ainda que a Companhia acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes. 5. Gestão de riscos financeiros: 5.1. Instrumentos financeiros por categoria: A Concessionária efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Concessionária, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são como segue:

Table with columns: Hierarquia do Valor, Valor contábil, Valor justo, Valor contábil, Valor justo. Rows include Ativos financeiros, Equivalentes de caixa (aplicações financeiras), etc.



ENCRUZO NOVO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 12.285.462/0001-81

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://diariodoacionista.com.br/caderno-publicacoes-digitais-2025/>

| Balancos patrimoniais - Em 31 de dezembro (em milhares de Reais) | | | | Demonstrações do resultado | | | | | |
|--|--------|----------------|----------------|----------------------------|----------------|----------------|---|--|--|
| | Nota | 2024 | 2023 | Nota | 2024 | 2023 | Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais) | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | | 506 | 552 | | 669 | 275 | Nota 2024 2023 | | |
| Títulos e valores mobiliários | 8 (i) | 2.506 | 3.446 | 11 | 4.168 | 4.150 | Receita operacional líquida 17 22.325 20.424 | | |
| Concessionárias e permissionárias | 9 | 2.150 | 2.175 | | 299 | 268 | Custo de construção 18 (a) (1.657) - | | |
| Ativo de contrato | 10 | 12.415 | 11.869 | 12 | 5.156 | 4.296 | Custos operacionais 18 (b) (7.960) (6.075) | | |
| Outros impostos e contribuições a recuperar | | 101 | - | | 381 | 102 | Custos operacionais (9.617) (6.075) | | |
| Outros ativos | | 819 | 1.242 | | 453 | 433 | Lucro bruto 12.708 14.349 | | |
| Total do ativo circulante | | 18.497 | 19.284 | | 21.000 | 17.373 | Despesas gerais e administrativas 18 (c) (460) (367) | | |
| Títulos e valores mobiliários | 8 (ii) | 1.603 | 1.471 | | 546 | 541 | Provisão para perda de crédito esperada 9 (109) - | | |
| Ativo de contrato | 10 | 122.305 | 119.578 | | 1.153 | 1.197 | Outros (35) (27) | | |
| Total do realizável a longo prazo | | 123.908 | 121.049 | | 31.031 | 24.994 | Despesas operacionais (624) (394) | | |
| Imobilizado | | 1.048 | 1.050 | 11 | 4.829 | 8.892 | Resultado antes do resultado financeiro 12.084 13.955 | | |
| Total do imobilizado | | 1.048 | 1.050 | 13 | 4.464 | 4.365 | Receitas financeiras 570 626 | | |
| Total do ativo não circulante | | 124.956 | 122.099 | 14 | 15.928 | 15.572 | Despesas financeiras (1.134) (1.567) | | |
| Total do ativo | | 143.453 | 141.383 | 21 (c) | 14.593 | 14.593 | Resultado financeiro 19 (564) (941) | | |
| | | | | | 39.814 | 43.422 | Resultado antes dos impostos 11.520 13.014 | | |
| | | | | | 70.845 | 68.416 | Imposto de renda e contribuição social correntes (1.745) (1.658) | | |
| | | | | | 33.000 | 33.000 | Imposto de renda e contribuição social diferidos (356) (188) | | |
| | | | | | 12.908 | 13.739 | Imposto de renda e contribuição social 20 (2.101) (1.846) | | |
| | | | | | 26.700 | 26.228 | Lucro líquido do exercício 9.419 11.168 | | |
| | | | | | 72.608 | 72.967 | | | |
| | | | | | 143.453 | 141.383 | | | |

| Demonstrações do resultado abrangente | | | | Demonstrações dos fluxos de caixa | | | |
|--|------|--------------|---------------|---|--------|-----------------|-----------------|
| Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais) | | | | Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais) | | | |
| | Nota | 2024 | 2023 | | Nota | 2024 | 2023 |
| Lucro líquido do exercício | | 9.419 | 11.168 | Fluxo de caixa das atividades operacionais | | 9.419 | 11.168 |
| Outros resultados abrangentes | | - | - | Lucro líquido do exercício | | 9.419 | 11.168 |
| Resultado abrangente total do exercício | | 9.419 | 11.168 | Ajustes para: | | - | - |
| | | | | - Imposto de renda e contribuição social diferidos | | 356 | 188 |
| | | | | - Imposto de renda e contribuição social correntes | | 1.745 | 1.658 |
| | | | | - Pis e Cofins diferidos | 17 | 119 | 63 |
| | | | | - Provisão para perda de crédito esperada | 9 | 109 | - |
| | | | | - Títulos e valores mobiliários - rendimento | | (569) | (611) |
| | | | | - Juros e correção monetária sobre financiamento | 11 | 985 | 1.370 |
| | | | | - Depreciação | | 2 | 9 |
| | | | | - Ativo de contrato - construção | | (1.911) | - |
| | | | | - Ativo de contrato - remuneração | 10 | (13.231) | (13.076) |
| | | | | Variações em: | | (2.976) | 769 |
| | | | | - Concessionárias e permissionárias | | (84) | (897) |
| | | | | - Ativo de contrato | 10 | 11.869 | 11.348 |
| | | | | - Outros impostos e contribuições a recuperar | | (101) | - |
| | | | | - Outros ativos | | 423 | (426) |
| | | | | - Fornecedores | | 394 | (35) |
| | | | | - Salários a pagar | | 31 | 33 |
| | | | | - Imposto de renda e contribuição social a recolher | | (94) | (134) |
| | | | | - Outros impostos e contribuições a recolher | | 279 | 63 |
| | | | | - Encargos setoriais | | 5 | 44 |
| | | | | - Outros passivos | | (43) | (162) |
| | | | | Caixa gerado pelas atividades operacionais | | 9.703 | 10.603 |
| | | | | Impostos pagos sobre receita tributável | | (791) | (611) |
| | | | | Financiamentos - pagamento de juros | 11 | (912) | (1.231) |
| | | | | Caixa líquido gerado nas atividades operacionais | | 8.000 | 8.761 |
| | | | | Fluxo de caixa das atividades de investimento | | (12.990) | (14.450) |
| | | | | Títulos e valores mobiliários - aplicações | | 14.367 | 13.501 |
| | | | | Títulos e valores mobiliários - resgates | | - | - |
| | | | | Caixa proveniente (utilizado) das atividades de investimento | | 1.377 | (949) |
| | | | | Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | (5.305) | (3.207) |
| | | | | Pagamento de dividendos | 21 (d) | (5.305) | (3.207) |
| | | | | Financiamento - pagamento de principal | 11 | (4.118) | (4.087) |
| | | | | Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento | | (9.423) | (7.294) |
| | | | | Redução (aumento) líquido em caixa e equivalentes de caixa | | (46) | 518 |
| | | | | Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | | 552 | 34 |
| | | | | Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro | | 506 | 552 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional: A Encruzo Novo Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 18 de junho de 2010 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia é controlada pela Celeo Redes Brasil S.A. ("Celedo") A companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 12.534 e R\$ 5.710 em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente, devido à constituição dos dividendos a pagar para sua controladora. No entendimento da Administração, a geração de caixa da Companhia não é afetada e é suficiente para quitar suas obrigações de curto prazo, pois no que diz respeito ao pagamento desta obrigação, os acionistas podem utilizar esse recurso como aporte de capital. **1.1 Contrato de concessão** - O contrato de concessão N° 017/2010 ("Contrato") teve como objetivo: (i) a construção, operação e manutenção das instalações compostas pelas linhas de transmissão 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 240 km com origem na Subestação Miranda e término na Subestação Encruzo Novo e pela Subestação Encruzo Novo em 230/69 kV, 1x100 MVA; (ii) entradas de linha, interligação de barras, reator de linha, transformador de aterramento, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias as funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. O Contrato foi assinado no dia 13 de dezembro de 2010 e tem vigência de 30 anos. A Companhia entrou em operação comercial em julho de 2012. **1.2 Receita Anual Permitida (RAP)** - A Resolução Homologatória (RH) n° 3.348, de 16 de julho de 2024, estabeleceu a RAP da Companhia para o ciclo 2024-2025 em R\$ 20.516 (RH n° 3.216, de 4 de julho de 2023 estabeleceu a RAP em R\$ 19.831 para o ciclo 2023-2024). Um aumento aproximado de 3,5%, decorrente, do reajuste do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo). **1.3 Revisão Tarifária Periódica** - A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) procederá a revisão da RAP durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A primeira revisão tarifária da Companhia ocorreu no ciclo 2016-2017 e a segunda ocorreu no ciclo 2021-2022. As próximas revisões estão previstas para os ciclos 2026-2027 e 2031-2032. **1.4 Reforço** - Por meio do despacho n° 4.036, a ANEEL decidiu autorizar a Companhia a implantação de reforços em suas instalações de transmissão. O objetivo desse reforço é instalação e substituição da proteção e controle diferencial de barras da cadeia principal contemplando uma unidade no bay da LT 230 kV Miranda II / Encruzo novo no terminal de Miranda II. As obras iniciaram em 2024 e a data prevista para a entrada em operação comercial é maio de 2025. O investimento previsto é de R\$ 1.895 e a RAP prevista é de R\$ 273. **2 Base de preparação: Declaração de conformidade** - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 20 de março de 2025. Detalhes sobre as principais políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **3 Políticas contábeis materiais:** Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1° de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as novas normas contábeis (listadas abaixo) na preparação destas demonstrações financeiras porque não são aplicáveis.

| Norma | Vigência |
|---|------------|
| Passivos não circulantes com cláusulas restritivas e Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes - Alterações ao CPC 26/IAS 1 | |
| Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior - Alterações ao CPC 06/IFRS 16 | 01/01/2024 |
| Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7 | |

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário. **3.1 Títulos e valores mobiliários - circulante e não circulante** - Os saldos apresentados no circulante referem-se às aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes de caixa. Incluem os CDBs com prazo de vencimento superior a 3 (três) meses. Os saldos apresentados no não circulante referem-se às aplicações financeiras em fundos de investimentos para fins de garantia do financiamento. **3.2 Instrumentos financeiros** - (a) **Classificação e mensuração** - Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Um ativo e um passivo financeiro são reconhecidos quando uma entidade se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro, exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo. Nesse caso, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados a valor justo por

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

de, ou de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda. **Milena dos Santos Rosa**
CRC SP-014428/O-6 F-RJ Contador CRC RJ-100983/O-7

José Mauricio Scovino de Souza **Marcus Hansen Balata**
Diretor Técnico Diretor Financeiro

Bruno Marcell S. M. Melo
Contador CRC-RJ 111193/O-8

Diário do Aconista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (11) 2655-1899 (21) 99122-4278

ÁGUAS DO IMPERADOR S.A.

CNPJ 02.150.327/0001-75

| Passivo circulante: | | | | |
|--|--|-------------------------|--|-----------|
| b) Reserva legal: Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. | | | | |
| c) Reserva para investimentos: Constituída reserva para investimentos de importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, cuja finalidade é financiar suas atividades, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou da criação de novos empreendimentos. A reserva para investimentos não pode exceder a 80% do capital social subscrito. | | | | |
| d) Dividendos e juros sobre capital próprio: Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido, calculados nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2024, foram propostos dividendos adicionais no total de R\$ 22.205 referentes ao lucro gerado no exercício. Ao longo do exercício, foram distribuídos dividendos intercalares no total de R\$ 4.000 referentes ao lucro gerado no exercício de 2024. Além disso, foram destinados juros sobre o capital próprio no valor total de R\$ 6.885, sendo R\$ 1.033 referentes a imposto de renda retido na fonte, resultando em um valor líquido de R\$ 5.852 para distribuição aos acionistas. A destinação do lucro para distribuição de dividendos foi a seguinte: | | | | |
| 31/12/2024 31/12/2023 | | | | |
| Lucro líquido 44.172 35.185 | | | | |
| Constituição da reserva legal - 5% (i) - - | | | | |
| Base de cálculo dos dividendos 44.172 35.185 | | | | |
| Dividendos mínimos obrigatórios - 25% 11.043 8.796 | | | | |
| (i) Não houve destinação para reserva legal, uma vez que o saldo atingiu o limite de 20% do capital social, em conformidade com a legislação. e) Reserva para retenção de lucros: Para atender a projetos de investimentos previstos no orçamento de capital, a Subconcessionária retém parte do lucro do exercício, conforme disciplinado pelo artigo 196 da Lei nº 6.404/76. | | | | |
| 21. Receita líquida 31/12/2024 31/12/2023 | | | | |
| Receita de prestação de serviços 200.289 180.675 | | | | |
| Receita de construção 59.213 32.150 | | | | |
| Cancelamentos (3.253) (1.232) | | | | |
| 256.249 211.593 | | | | |
| PIS e COFINS sobre serviços prestados (17.710) (16.183) | | | | |
| Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS (8) (5) | | | | |
| Descontos concedidos (5.923) (5.028) | | | | |
| Receita líquida 232.608 190.377 | | | | |
| 22. Custos dos serviços prestados 31/12/2024 31/12/2023 | | | | |
| Taxas de recursos hídricos e ambientais (632) (604) | | | | |
| Onus da concessão (5.747) (5.767) | | | | |
| Energia elétrica (10.494) (10.453) | | | | |
| Custo de construção (59.213) (32.150) | | | | |
| Materiais aplicados nos serviços (3.960) (4.232) | | | | |
| Salários e benefícios a empregados (19.327) (18.257) | | | | |
| Utilização de imóveis e telefonia (26) (45) | | | | |
| Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos (3.818) (3.587) | | | | |
| Serviços de terceiros (6.107) (4.161) | | | | |
| Depreciações e amortizações (7.461) (6.140) | | | | |
| Outros custos (361) (424) | | | | |
| (117.146) (85.820) | | | | |
| 23. Despesas gerais e administrativas 31/12/2024 31/12/2023 | | | | |
| Salários e benefícios a empregados (15.444) (15.703) | | | | |
| Utilização de imóveis e telefonia (429) (455) | | | | |
| Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos (726) (810) | | | | |
| Serviços de terceiros (18.424) (15.128) | | | | |
| Despesas com contencioso (1.574) (932) | | | | |
| Impostos, encargos, taxas e contribuições (204) (397) | | | | |
| Depreciações e amortizações (1.292) (1.312) | | | | |
| Provisão para perdas esperadas de crédito das contas a receber (10.820) (9.192) | | | | |
| Reversão de (provisão para) contingências 1.878 (1.518) | | | | |
| Outras despesas (5.420) (4.522) | | | | |
| (52.455) (49.969) | | | | |
| 24. Resultado financeiro 31/12/2024 31/12/2023 | | | | |
| Receitas financeiras | | | | |
| Rendimentos com aplicações financeiras 2.104 5.559 | | | | |
| PIS e COFINS sobre receitas financeiras (258) (383) | | | | |
| Juros e multas vinculadas à operação 2.739 2.339 | | | | |
| Variação monetária sobre outros ativos 495 117 | | | | |
| Ganhos com operações de swap 165 130 | | | | |
| Ganhos com derivativos 7 109 | | | | |
| Outras receitas financeiras 39 82 | | | | |
| 5.291 7.953 | | | | |
| Despesas financeiras | | | | |
| Juros com financiamentos e notas comerciais escriturais (7.890) (10.634) | | | | |
| Juros de arrendamentos (13) (63) | | | | |
| Atualização monetária das contingências 994 (501) | | | | |
| Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos (421) (472) | | | | |
| Tributos sobre operações financeiras (135) (420) | | | | |
| Descontos concedidos (639) (1.229) | | | | |
| Perdas com operações de swap (5) (73) | | | | |
| Perdas com derivativos (161) (133) | | | | |
| Comissão e escrituração (41) (41) | | | | |
| Outras despesas financeiras (438) (373) | | | | |
| (8.749) (13.939) | | | | |
| Resultado financeiro (3.458) (5.986) | | | | |
| 25. Seguros: O Grupo Águas do Brasil adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura em 31 de dezembro de 2024 está apresentada a seguir: | | | | |
| Ramos | | Vigência das apólices | | Cobertura |
| Responsabilidade civil administradores - D&O | | 27/10/2024 a 27/10/2025 | | 50.000 |
| Responsabilidade civil geral | | 17/01/2025 a 17/01/2026 | | 13.000 |
| Riscos operacionais | | 17/01/2025 a 17/01/2026 | | 75.000 |
| Risco de engenharia e responsabilidade civil obras | | 31/12/2024 a 31/12/2025 | | 132.878 |
| Riscos ambientais | | 22/12/2024 a 22/12/2025 | | 5.000 |
| Garantia de concessão | | 07/10/2024 a 07/10/2025 | | 3.823 |
| Seguro empresarial | | 01/08/2024 a 01/08/2025 | | 169 |
| Seguros de veículos | | 17/10/2024 a 17/10/2025 | | 200 |
| Garantia judicial | | 23/03/2023 a 04/09/2029 | | 5.252 |
| 26. Transações que não envolvem caixa: Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Subconcessionária realizou as seguintes atividades que não envolveram caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa: | | | | |
| 31/12/2024 31/12/2023 | | | | |
| Juros capitalizados 2.056 2.016 | | | | |
| IRRF sobre swap 25 19 | | | | |
| Adições de arrendamentos 73 329 | | | | |
| Juros sobre o capital próprio 5.852 1.771 | | | | |
| Marcio Salles Gomes - Diretor; João Henrique Tebyryça de Sá - Diretor; Anderson Xavier de Farias - Contador - CPF.: 022.482.407-40 - CRC RJ-091850/O-5 | | | | |

Aos acionistas da **Águas do Imperador S.A.**: Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Águas do Imperador S.A. ("Concessionária"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para a opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação falsa intencional. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Contudo, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 19 de março de 2025. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F; Gláucio Dutra da Silva - Contador - CRC-1RJ090174/O.

Economia**Estratégia**

Europa: Comissão tem projetos para reduzir dependência matérias

PATRICIA LARA/AE

A Comissão Europeia anunciou, pela primeira vez, uma lista de 47 projetos estratégicos para impulsionar as capacidades nacionais de matérias-primas estratégicas. O objetivo é fortalecer a cadeia de valor e diversificar as fontes de fornecimento.

Os projetos estratégicos têm um investimento de capital global esperado de 22,5 bilhões de euros e estão localizados em 13 estados-membros da União Europeia: Bélgica, França, Itália, Alemanha, Espanha, Estônia, República Checa, Grécia, Suécia, Finlândia, Portugal, Polónia e Romênia.

Do total, há 22 desenvolvimentos relacionados ao lítio, 12 voltados ao níquel e 10 associados ao cobalto, que beneficiarão particularmente a cadeia de valor de matérias-primas para baterias. Entre as empresas que tiveram projetos

contemplados estão a Anglo American, Solvay, Eramet, Imerys e Northvolt Revolt AB.

A Comissão informou que os novos projetos representam um marco importante na implementação da Lei das Matérias-Primas Críticas, que visa garantir que a extração, o processamento e a reciclagem europeus de matérias-primas estratégicas atendam a 10%, 40% e 25% da demanda da UE até 2030, respectivamente. A lei prevê que o processo de concessão de licenças não exceda os 27 meses para os projetos de extração e 15 meses para os de outros tipos.

"Ao ajudar a Europa a cumprir estes objetivos, os novos projetos estratégicos contribuem significativamente para as transições ecológica e digital da Europa, apoiando simultaneamente a indústria da defesa e a indústria aeroespacial europeias", observou a Comissão Europeia.

Nota

PROCESSO SOBRE RENOVAÇÃO DA EDP ESPÍRITO SANTO ENTRARÁ EM BREVE NA PAUTA

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Sandoval Feitosa, disse na tarde desta terça-feira, que o processo sobre renovação contratual da EDP Espírito Santo entrará em breve na pauta. A distribuidora é a primeira na lista de 19 concessões que devem ser renovadas por 30 anos. Além de mencionar que o processo da EDP Espírito Santo entrará "muito rapidamente" na pauta da reunião pública da diretoria, Sandoval Feitosa afirmou que há um encontro agendado com o governador do Estado na segunda-feira, com a presença da diretora e relatora Ludimila Lima. "A EDP tem indicadores que trazem uma maior aderência às exigências do decreto. Vamos conversar com o chefe do poder executivo estadual, em uma deferência, uma vez que nós iremos instruir um processo que impactará, de um lado ou de outro, renovando ou não, a vida da população do estado do Espírito Santo pelos próximos 30 anos", disse Feitosa.

MTE

MATHEUS PIOVESANA/AE

O novo crédito consignado privado, ou crédito do trabalhador, chegou a R\$ 340,327 milhões em concessões entre a sexta-feira, 21, e às 17h de ontem, de acordo com dados da Dataprev repassados ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Ao todo, foram 48.170 contratos firmados entre trabalhadores e os bancos, com valor médio de R\$ 7.065,14 por trabalhador. A parcela média ficou em R\$ 333,88, e o prazo médio de pagamento em 21 meses, de acordo com a pasta.

BACIA DE SANTOS

Petrobras reinjeta recorde de 14,2 mi de toneladas de CO₂ no pré-sal

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

A Petrobras anunciou ontem que atingiu o volume recorde de 14,2 milhões de toneladas de dióxido de carbono (CO₂) reinjetados em reservatórios do pré-sal na Bacia de Santos, litoral do Sudeste, durante extração de petróleo em 2024.

O volume supera os 13 milhões de toneladas inseridas em 2023. O CO₂, também conhecido como gás carbônico, é um dos gases causadores do aquecimento global quando liberado na atmosfera.

Introduzir quantidades do poluente nos reservatórios faz com que a companhia reduza a chamada pegada de carbono,

O MTE não informa quais bancos fizeram o maior volume de concessões, nem quanto das operações corresponde a refinanciamento de dívidas.

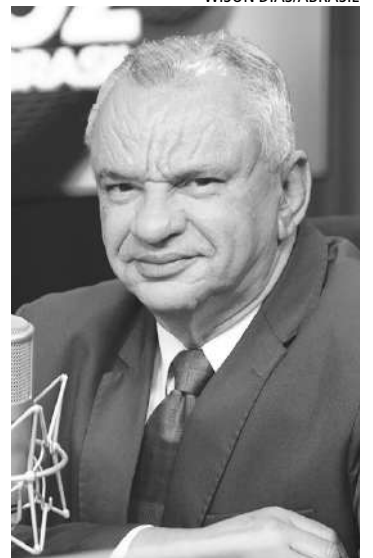
Nos primeiros cinco dias, foram 8,704 milhões de solicitações de crédito, e 64,718 milhões de simulações. O MTE afirma que o País tem mais de 47 milhões de trabalhadores com carteira assinada.

O novo crédito está sendo concedido apenas por meio do aplicativo da Carteira de Trabalho Digital, mantido pelo governo. Em 25 de abril, deve chegar aos canais próprios dos bancos.

Estão previstas para os próximos meses mudanças como a regulamentação do uso do saldo do FGTS como garantia dos empréstimos, em caso de demissão.

"O Crédito do Trabalhador é um sucesso. Em 5 dias, já foram realizados mais de 48 mil contratos. São muitos trabalhadores acessando a plataforma, simulando e fazendo propostas de consignado", diz em nota o ministro em exercício, Francisco Macena (foto), que espera que, em quatro anos, o crédito inclua 25 milhões de pessoas que antes não tinham acesso.

WISON DIAS/ABRASIL



capacidade global reportada para o ano de 2024", afirma a Petrobras.

Tecnologias utilizadas pela empresa contribuíram para que, desde 2008, o volume acumulado de injeção chegue a 67,9 milhões de toneladas de CO₂. A companhia espera esticar esse volume para 80 milhões até o fim de 2025.

Atualmente a Petrobras conta com 22 plataformas modelo FPSO (produzem e armazenam óleo) no pré-sal da Bacia de Santos com sistemas para captura e reinjeção do CO₂.

De acordo com a diretora de Engenharia, Tecnologia e Inovação da Petrobras, Renata Baruzzi, a média de emissão de CO₂ por barril de petróleo no mundo

é 70% superior à do pré-sal.

"A estratégia, que associa o CCUS à recuperação avançada de petróleo (EOR - Enhanced Oil Recovery), foi crucial para a Petrobras viabilizar a produção de petróleo com menor emissão por barril produzido", diz.

Segundo a companhia, a reinjeção de CO₂ otimiza a recuperação de óleo dos reservatórios. Em 2024, a petroleira produziu o volume recorde de 3,2 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed) no pré-sal, que representa 81% da produção total da companhia.

A Petrobras espera atingir antes de 2050 o chamado net zero (saldo negativo de emissão de carbono) na produção de petróleo.

ÁGUAS DO PARAÍBA S.A.

CNPJ 01.280.003/0001-99

| Demais diferenças temporárias decorrentes da | | | Resumo das transações com partes relacionadas: | | | | 23. Custos dos serviços prestados | | |
|---|-------------------|-------------------|--|--|------------|--|-----------------------------------|--|--|
| Lei nº 12.973/2014 | | | | | 31/12/2024 | | 31/12/2023 | | |
| Passivo fiscal diferido | (51) | 20 | (31) | | | | | | |
| Tributos diferidos, líquidos | (4.556) | (60) | (4.616) | | | | | | |
| b) Conciliação da taxa efetiva | 1.409 | (1.683) | (274) | | | | | | |
| Descrição | 31/12/2024 | 31/12/2023 | | | | | | | |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | 101.839 | 85.360 | | | | | | | |
| Alíquota nominal | 34% | 34% | | | | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social - alíquotas vigentes | (34.626) | (29.022) | | | | | | | |
| (Adições) exclusões no cálculo do tributo | | | | | | | | | |
| Permanentes | (1.355) | (676) | | | | | | | |
| Juros sobre capital próprio | 4.208 | 3.960 | | | | | | | |
| Efeito referente a alíquota de adicional do imposto de renda | 24 | 24 | | | | | | | |
| Incentivo cultural (Lei nº 8.313/91 - art. 18) | 402 | 411 | | | | | | | |
| Incentivo empresa cidadã (Lei nº 11.770/08) | 32 | 17 | | | | | | | |
| Programa de alimentação do trabalhador ("PAT") (9.580/2018) | 885 | 417 | | | | | | | |
| Recuperação de créditos PAT | 2.294 | - | | | | | | | |
| PRONAS/PCD (art 6º da Lei nº 12.715/2012) | 87 | - | | | | | | | |
| PRONON (Lei nº 12.715/2012) | 87 | - | | | | | | | |
| Incentivo desportivo (Lei nº 11.438/06 - art.3) | 201 | 205 | | | | | | | |
| Fundo da infância e da adolescência (Decreto nº 9.589/2018) | 100 | 103 | | | | | | | |
| Total do imposto de renda e da contribuição social | (27.661) | (24.561) | | | | | | | |
| Alíquota efetiva | 27,16% | 28,77% | | | | | | | |
| 19. Provisão para contingências: As provisões para contingências são constituídas para fazer face às perdas em processos judiciais e administrativos, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes desses processos são baseadas na opinião do departamento jurídico da Concessionária e de seus assessores legais. As provisões, líquidas de depósitos judiciais, estão assim demonstradas: | | | | | | | | | |
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | | | | | | | |
| Trabalhistas | 61 | 136 | | | | | | | |
| Cíveis | 1.977 | 2.304 | | | | | | | |
| Total | 2.038 | 2.440 | | | | | | | |
| Processos com probabilidade de perda classificada como possível: A Concessionária possui processos judiciais e administrativos, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos externos, acredita que os riscos de perda são possíveis, e, por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. Essas causas estão distribuídas da seguinte forma: | | | | | | | | | |
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | | | | | | | |
| Cíveis | 31.377 | 28.353 | | | | | | | |
| Trabalhistas | 1.597 | 622 | | | | | | | |
| Tributários | 41 | 31.404 | | | | | | | |
| Ambientais | - | 1.710 | | | | | | | |
| | 33.015 | 62.089 | | | | | | | |
| Cíveis: As ações judiciais de natureza cível têm os seguintes objetos: (i) consumo, totalizando R\$ 10.893 (R\$ 8.955 em 2023); (ii) falta de abastecimento, totalizando R\$ 327 (R\$ 147 em 2023); (iii) multiplicação de economias, (R\$1.630 em 31 de dezembro de 2023); (iv) serviços água e serviços esgoto (vazamentos, obstrução, refluxo), totalizando R\$6.440 (R\$ 5.092 em 2023); (v) serviços comerciais, totalizando R\$ 7.581 (R\$2.451 em 2023); (vi) responsabilidade civil, totalizando R\$ 3.078 (R\$4.205 em 2023); e (vii) cobrança, totalizando R\$ 2.040 (R\$ 638 em 2023); e (viii) outros, totalizando R\$ 1.018 (R\$ 5.235 em 2023). Tributários: Processo 10725.720766/2020-44: Autos de Infração de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS referentes aos anos-calendários de 2015 em função de glosa de despesas incorridas pela empresa em serviços comprovados e indispensáveis à manutenção de sua fonte produtiva. O valor atualizado da causa é de R\$ 34.077 (R\$ 31.366 em 2023). Atualmente, o processo encontra-se aguardando análise da impugnação apresentada. De acordo com a avaliação da Concessionária e de seus assessores legais, é provável a impugnação e posterior cancelamento do processo. Desta forma, a probabilidade de perda é considerada remota. 20. Partes relacionadas: Remuneração de pessoal-chave da Administração: Os diretores são as pessoas-chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Concessionária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram pagos pela Concessionária o montante total de R\$ 1.712 (R\$ 2.198 em 31 de dezembro de 2023). Abaixo os valores estão segregados por natureza: | | | | | | | | | |
| Descrição | 31/12/2024 | 31/12/2023 | | | | | | | |
| Remunerações | 1.321 | 1.573 | | | | | | | |
| Encargos sociais | 336 | 585 | | | | | | | |
| Plano de saúde | 24 | 27 | | | | | | | |
| Plano de previdência privada | 19 | 3 | | | | | | | |
| Outros | 12 | 10 | | | | | | | |
| | 1.712 | 2.198 | | | | | | | |
| Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho. | | | | | | | | | |

Carlos Eduardo Tavares de Castro – Diretor; Giuliano Junho Tinoco – Diretor; Anderson Xavier de Farias – Contador - CPF.: 022.482.407-40 - CRC RJ-091850/O-5

| Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras | | | |
|--|--|--|--|
| Aos acionistas da Águas do Paraíba S.A.: Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Águas do Paraíba S.A. ("Concessionária"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 19 de março de 2025. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F; Gláucio Dutra da Silva - Contador CRC-1RJ090174/O | | | |

País

VIOLÊNCIA

Salas Lilás vão atender mulheres vítimas

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O governo federal lançou ontem uma política nacional para padronizar, criar e expandir as chamadas Salas Lilás, de atendimento e promoção dos direitos das mulheres e meninas vítimas de violência. Encabeçado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), em parceria com o Ministério das Mulheres, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), bancada de parlamentares femininas no Congresso Nacional e governos estaduais e municipais, a medida pretende capilarizar e interiorizar o acesso à Justiça para essa população, em um país onde os números da violência de gênero seguem alarmantes.

"O mais importante da Sala Lilás é o fato de que ela pode chegar em municípios pequenos que não tenham tantos recursos, e onde as delegacias especializadas e a Casa da Mulher Brasileira não vão chegar", explicou a ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, durante evento de lançamento do projeto, em Brasília. As Salas Lilás poderão ser instaladas em delegacias, unidades de perícia criminal e outras unidades do sistema de Justiça. A medida integra o programa Antes que Aconteça, que

apoia, desenvolve e estrutura políticas de acesso à Justiça para mulheres.

"Enquanto não promovermos a igualdade total entre homens e mulheres, não tivermos o feminicídio zero e cessação absoluta da violência contra a mulher, nós não poderemos construir um país mais justo, fraterno e solidário", afirmou o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, durante evento.

Na ocasião, ele assinou a portaria de criação do programa Sala Lilás, que agora poderá ter adesão de estados e municípios.

EXPANSÃO

A primeira unidade do projeto foi inaugurada na semana passada, em João Pessoa. Outras 52 salas serão construídas em municípios paraibanos nos próximos meses, a partir de um convênio assinado entre os governos federal e estadual, ao custo de R\$ 18 milhões no total.

Outros estados já estão assinando convênio com o MJSP para a mesma finalidade.

"Vamos começar a adesão com os estados. Hoje, 10% do Fundo Nacional de Segurança Pública é direcionado para políticas de enfrentamento à violência contra a mulher.

VATICANO

Condoídos, médicos cogitaram deixar Papa Francisco morrer

O médico Sergio Alfieri, chefe da equipe que cuidou do Papa Francisco no Hospital Gemelli, em Roma, Itália, disse ontem, em entrevista ao jornal *Corriere Della Sera*, que no momento mais crítico do tratamento do pontífice, foi cogitado suspender o tratamento e deixar Francisco morrer, uma vez que ele estava sofrendo bastante.

"Tivemos que escolher entre parar e deixá-lo ir ou forçá-lo e tentar todos os medicamentos e terapias possíveis, correndo o risco muito alto de danificar outros órgãos. E no final nós tomamos esse caminho", revelou Alfieri.

De acordo com o médico, a pior noite foi em 28 de fevereiro,

quando o Papa sofreu uma crise respiratória com vômitos. "Pela primeira vez vi lágrimas nos olhos de algumas pessoas ao seu redor." Segundo ele, o pontífice estava totalmente consciente durante todo o processo.

"Estávamos saindo do período mais difícil, enquanto o Papa Francisco comia ele teve uma regurgitação e inalou. Foi o segundo momento realmente crítico porque nesses casos - se não forem socorridos prontamente - há risco de morte súbita, além de complicações nos pulmões, que já eram os órgãos mais comprometidos. Foi terrível, realmente achamos que não conseguiríamos."

Alfieri também explicou que o papa delegou as decisões a seu

assistente médico pessoal, Mas-similiano Strappetti, em quem tem total confiança. "Strappetti nos disse: tente de tudo, não desista e ninguém desistiu", disse Alfieri.

Francisco continua o seu tratamento, que inclui remédios e fisioterapias, especialmente a reabilitação respiratória "para recuperar totalmente o uso da respiração e da fala", disse o Vaticano aos jornalistas, sem especificar quando o papa fará a sua próxima aparição pública.

Após 38 dias de internação por pneumonia bilateral, ele regressou no domingo (23) à Casa de Santa Marta, residência onde vive. O papa celebra a missa na capela localizada no segundo

andar do edifício, mas nos últimos dois dias não recebeu visitantes "além dos seus colaboradores mais próximos", disse o Vaticano.

Francisco não presidirá a tradicional audiência geral semanal nesta quarta-feira, 26, e o texto da sua catequese será transmitido por escrito, informou o Vaticano, observando que "provavelmente" também não estará presente na oração do Angelus no próximo domingo.

A primeira aparição pública desde a sua internação, no dia 14 de fevereiro, foi no último domingo, quando Jorge Mario Bergoglio apareceu debilitado e com a voz frágil, cumprimentando a multidão da varanda do hospital.

Nota

AÇÃO DE PREFEITOS PARA EVITAR RENOVAÇÃO DA ANEEL É PROCESSO DEMOCRÁTICO, DIZ CHEFE DA ANEEL

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Sandoval Feitosa, comentou ontem, tarde a ação dos prefeitos do estado de São Paulo para evitar renovação contratual da Enel. Ele respondeu que o pedido faz "parte do processo normal e democrático" e reiterou que o órgão regulador "só está cumprindo" o decreto presidencial sobre o tema. A Prefeitura da capital paulista e os prefeitos de cidades da região metropolitana de São Paulo

atendidas pela Enel anunciaram nesta segunda-feira, 24, que vão mover uma ação conjunta contra a Aneel. "Eventual insurgência teria que ser contra o decreto. Se há algum inconformismo, estamos à disposição das autoridades locais para explicar", declarou em conversa com jornalistas. "Alguna ou outra manifestação de autoridade local, nós fornecemos todas as informações e continuamos à disposição", mencionou. Sandoval Feitosa disse ainda que teve reunião com o secretário do Ministério de Minas e Energia, Thiago Barral, para tratar de pequenos ajustes de datas em leilões para o fim do ano, o que deve afetar - se acatado - os leilões de transmissão.

ÁGUAS DA IMPERATRIZ S.A.

CNPJ 39.523.638/0001-42

Table with 4 columns: Item, CDI, (227.145), (260.944), (252.494), (269.394). Rows include Notas comerciais escriturais, Passivo líquido, Efeito líquido, CDI (a.a.), and Risco de liquidez.

Table with 4 columns: Valor Contábil, Menos de um ano, Entre um e dois anos, Acima de dois anos. Rows include Fomecedores, Empréstimos, Passivos de arrendamento, etc.

Table with 4 columns: Valor Contábil, Menos de um ano, Entre um e dois anos, Acima de dois anos. Rows include Fomecedores, Empréstimos, Passivos de arrendamento, etc.

5.4. Gestão de capital: Os objetivos da Concessionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e beneficiar as outras partes interessadas...

Table with 4 columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Empréstimos (Nota 13), Passivos de arrendamento (Nota 13), etc.

6. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e bancos, Aplicações financeiras.

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário-CDBs...

Table with 4 columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Clientes (a), Clientes-parcelamento (b), Pontos arrecadores (c).

(a) Representa o saldo de contas emitidas e ainda não recebidas, além dos valores fornecidos ainda não faturados (ajuste por competência)...

Table with 4 columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include A vencer, Faturado, Não faturado, Vencidas, etc.

Table with 4 columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Saldo inicial, (+) Adições, (-) Reversões, Saldo final.

Table with 4 columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Custos, Amortização acumulada, Valor líquido.

Table with 4 columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Saldos em 31/12/2023, Adições, Amortização, Saldos em 31/12/2024.

Table with 4 columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Taxa de depreciação, Depre- Valor, 31/12/2023, Valor.

Table with 4 columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Saldos em 31/12/2023, Adições, Reclasi- Saldos em 31/12/2024.

Table with 4 columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Saldos em 31/12/2023, Adições, Saldos em 31/12/2023.

Table with 4 columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Saldos em 31/12/2023, Adições, Saldos em 31/12/2024.

Table with 4 columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Taxa de amortização anual, Custo, Amorti- Valor, Valor.

Os valores reconhecidos na linha de concessão/infraestrutura referem-se a máquinas e equipamentos. Movimentação do intangível.

Table with 4 columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Saldos em 31/12/2023, Adições, Reclasi- Saldos em 31/12/2024.

Custos de empréstimos capitalizados: Os juros de empréstimos e financiamentos são capitalizados nos ativos de concessão durante o período em construção...

Table with 4 columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Indexador, Juros, 31/12/2024, 31/12/2023.

Table with 4 columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Saldo inicial, Captação, Juros e encargos financeiros, etc.

14. Notas comerciais escriturais: Principal, Juros e encargos, (-) Custo de transação a apropriar.

Table with 4 columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Saldo inicial, Captação, Juros e encargos financeiros, etc.

Em 02 de outubro de 2023 foram emitidas 200.000 notas comerciais escriturais, em série única, integralizadas em 06 de dezembro de 2023...

Table with 4 columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Saldo inicial, Captação, Juros e encargos financeiros, etc.

Table with 4 columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Saldo inicial, (+) Adições, (-) Reversões, Saldo final.

Table with 4 columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Saldos em 31/12/2023, Adições, Amortização, Saldos em 31/12/2024.

Table with 4 columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Saldos em 31/12/2023, Adições, Reclasi- Saldos em 31/12/2024.

Table with 4 columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Saldos em 31/12/2023, Adições, Saldos em 31/12/2023.

Table with 4 columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Saldos em 31/12/2023, Adições, Saldos em 31/12/2024.

16. Ônus da concessão: Do valor de R\$ 28.972, R\$ 28.825 refere-se ao valor da outorga fixa e o valor restante refere-se aos seguintes compromissos mensais de pagamento...

Table with 4 columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Ativo circulante, Créditos com partes relacionadas, Águas do Imperatriz S.A., etc.

Table with 4 columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Débitos com partes relacionadas, Águas do Imperador S.A., Águas de Niterói S.A., etc.

Table with 4 columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Custos, Análises laboratoriais, Águas do Imperador S.A., etc.

Os saldos decorrem de transações entre concessionárias do mesmo grupo econômico, vinculadas à compra e venda de peças de reposição ou das prestações de serviços...

Table with 4 columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Receita líquida, Receita de prestação de serviços, Receita de construção, etc.

Table with 4 columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include PIS e COFINS sobre serviços prestados, Descontos concedidos, Receita líquida, etc.

Table with 4 columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Custos dos serviços prestados, Taxas de recursos hídricos e ambientais, Ônus da concessão, etc.

Table with 4 columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Salários e benefícios a empregados, Utilização de imóveis e telefonia, Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos, etc.

Table with 4 columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Salários e benefícios a empregados, Utilização de imóveis e telefonia, Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos, etc.

Table with 4 columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Despesas financeiras, Juros com financiamentos e debêntures, Juros sobre notas comerciais escriturais, etc.

Table with 4 columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Resultado financeiro, Receitas financeiras, Rendimentos com aplicações financeiras, etc.

Table with 4 columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Ramos, Vigência das apólices, Cobertura.

Table with 4 columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Adição direto de uso, Arrendamentos, Juros capitalizados, etc.

Carlos Eduardo Tavares de Castro - Diretor; Marcio Salles Gomes - Diretor; Anderson Xavier de Farias - Contador - CPF.: 022.482.407-40 - CRC RJ-091850/O-5.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da Águas da Imperatriz S.A. Rio de Janeiro-RJ Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Águas da Imperatriz S.A. ("Concessionária"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data...

CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE PARATY S.A.

CNPJ 19.080.515/0001-77

Table with columns: Descrição, Saldo em 31/12/2022, Adições, Amortização, Saldo em 31/12/2023. Rows include Empréstimos e financiamentos, Custos amortizados, Passivos de arrendamento, etc.

Table with columns: Saldo em 31/12/2022, Adições, Amortização, Saldo em 31/12/2023. Rows include Imóveis, Equipamentos de informática, Veículos, Máquinas e equipamentos, etc.

Table with columns: Descrição, Saldo em 31/12/2022, Saldo em 31/12/2023. Rows include Juros e encargos financeiros, Amortização de principal, Amortização de juros, etc.

Table with columns: Valor contábil, Cenário I provável, Cenário II, Cenário III. Rows include Ativo, Equivalentes de caixa, Passivo, etc.

Table with columns: Saldo em 31/12/2022, Adições, Transferências, Baixa, Reclasse, Saldo em 31/12/2024. Rows include Infraestrutura em construção, Movimentação do ativo de contrato, etc.

Table with columns: Descrição, Saldo em 31/12/2022, Saldo em 31/12/2023. Rows include PIS/COFINS/CSLL retidos, ISS, IRRF, etc.

Table with columns: Valor contábil, Menos de um ano, Entre um e dois anos, Acima de dois anos. Rows include Em 31 de dezembro de 2024, Fornecedores, etc.

Table with columns: Saldo em 31/12/2022, Adições, Transferências, Baixa, Reclasse, Saldo em 31/12/2024. Rows include Infraestrutura em construção, Movimentação do ativo de contrato, etc.

Table with columns: Descrição, Saldo em 31/12/2022, Saldo em 31/12/2023. Rows include PIS/COFINS/CSLL retidos, ISS, IRRF, etc.

Table with columns: Valor contábil, Menos de um ano, Entre um e dois anos, Acima de dois anos. Rows include Em 31 de dezembro de 2023, Fornecedores, etc.

Table with columns: Saldo em 31/12/2022, Adições, Transferências, Baixa, Reclasse, Saldo em 31/12/2024. Rows include Infraestrutura em construção, Movimentação do ativo de contrato, etc.

Table with columns: Descrição, Saldo em 31/12/2022, Saldo em 31/12/2023. Rows include PIS/COFINS/CSLL retidos, ISS, IRRF, etc.

Table with columns: Saldo em 31/12/2022, Saldo em 31/12/2023. Rows include Empréstimos e financiamentos, Passivos de arrendamento, etc.

Table with columns: Saldo em 31/12/2022, Adições, Transferências, Baixa, Reclasse, Saldo em 31/12/2024. Rows include Infraestrutura em construção, Movimentação do ativo de contrato, etc.

Table with columns: Descrição, Saldo em 31/12/2022, Saldo em 31/12/2023. Rows include PIS/COFINS/CSLL retidos, ISS, IRRF, etc.

Table with columns: Saldo em 31/12/2022, Saldo em 31/12/2023. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras, etc.

Table with columns: Saldo em 31/12/2022, Adições, Transferências, Baixa, Reclasse, Saldo em 31/12/2024. Rows include Infraestrutura em construção, Movimentação do ativo de contrato, etc.

Table with columns: Descrição, Saldo em 31/12/2022, Saldo em 31/12/2023. Rows include PIS/COFINS/CSLL retidos, ISS, IRRF, etc.

Table with columns: Saldo em 31/12/2022, Saldo em 31/12/2023. Rows include A vencer, Faturado, Não faturado, etc.

Table with columns: Saldo em 31/12/2022, Adições, Transferências, Baixa, Reclasse, Saldo em 31/12/2024. Rows include Infraestrutura em construção, Movimentação do ativo de contrato, etc.

Table with columns: Descrição, Saldo em 31/12/2022, Saldo em 31/12/2023. Rows include PIS/COFINS/CSLL retidos, ISS, IRRF, etc.

Table with columns: Saldo em 31/12/2022, Saldo em 31/12/2023. Rows include Saldo inicial, (+) Constituições, (-) Reversões, etc.

Table with columns: Saldo em 31/12/2022, Adições, Transferências, Baixa, Reclasse, Saldo em 31/12/2024. Rows include Infraestrutura em construção, Movimentação do ativo de contrato, etc.

Table with columns: Descrição, Saldo em 31/12/2022, Saldo em 31/12/2023. Rows include PIS/COFINS/CSLL retidos, ISS, IRRF, etc.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras. Aos acionistas da Concessionária Águas de Paraty S.A.: Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Águas de Paraty S.A. ("Concessionária"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

| ÁGUAS DE JUTURNAÍBA S.A. | | | | |
|---|-----------|-----------|--------------|----------|
| CNPJ: 02.013.199/0001-18 | | | | |
| Juros sobre capital próprio a pagar | | | | |
| M&G Consultoria e Participações Ltda. | 4 | 4 | | |
| ERG Participações Ltda. | 27 | 29 | | |
| Credicom - Comercial Informática e Serviços Ltda. | 16 | 17 | | |
| Diferencial Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 3 | 3 | | |
| Synval Filgueiras de Moraes Junior | 21 | 23 | | |
| Marcelo Borja Filgueiras de Moraes | 28 | 30 | | |
| Silvane Borja Filgueiras de Moraes Noll | 21 | 23 | | |
| Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. | 1.148 | 1.230 | | |
| | 1.268 | 1.359 | | |
| Débitos com partes relacionadas (a) | | | | |
| Águas de Niterói S.A. | - | 43 | | |
| Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda. | 1.478 | 1.079 | | |
| | 1.478 | 1.122 | | |
| Total do passivo circulante | 23.014 | 15.180 | | |
| Resultado com partes relacionadas | | | | |
| Despesas | | | | |
| Contrato de gestão - <i>Management Fee</i> (a) | | | | |
| Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. | (10.656) | (4.772) | | |
| (a) Os saldos decorrem de transações entre concessionárias do mesmo grupo econômico, vinculadas à compra e venda de materiais ou das prestações de serviços, oriundos do: i) contrato de fruição de utilidades comuns com a Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda., resultando na estrutura de Unidade de Administração Central (UAC) para as áreas de finanças, planejamento, recursos humanos, tecnologia da informação e logística; ii) do contrato de gestão centralizada (<i>Management Fee</i>) com a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. 20. Outras obrigações: Abaixo apresentamos a composição dos saldos relativos a outras obrigações: | | | | |
| Despesas gerais | 1.197 | 2.323 | | |
| Retenção contratual | 808 | 1.788 | | |
| Adiantamento de clientes | 246 | 246 | | |
| Outros | 143 | 288 | | |
| 21. Patrimônio líquido: a) <i>Capital social</i> : O capital social realizado é de R\$44.700 em 31 de dezembro de 2024 e 2023, representado por 5.699.850 (cinco mil, seiscentas e noventa e nove e oitocentas e cinquenta) ações nominativas, sem valor nominal. Dentre essas ações, 1.899.950 (um mil, oitocentos e noventa e nove e novecentos e cinquenta) são ordinárias ("ON") e 3.799.900 (três mil, setecentos e noventa e nove e novecentas) são preferenciais ("PN"), conforme apresentado abaixo: | | | | |
| | | | | |
| Acionistas | ON | PN | Total | % |
| Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. | 1.775.869 | 3.384.340 | 5.160.209 | 90,5324% |
| Synval Filgueiras de Moraes Junior | 31.811 | 63.622 | 95.433 | 1,6743% |
| Marcelo Borja Filgueiras de Moraes | 42.415 | 84.828 | 127.243 | 2,2324% |
| Silvane Borja Filgueiras de Moraes Noll | 31.811 | 63.622 | 95.433 | 1,6743% |
| Credicom - Comercial Informática e Serviços Ltda. | 5.742 | 64.751 | 70.493 | 1,2368% |
| ERG Participações Ltda. | 9.846 | 111.036 | 120.882 | 2,1208% |
| Acionistas minoritários | 2.456 | 27.701 | 30.157 | 0,5291% |
| | 1.899.950 | 3.799.900 | 5.699.850 | 100% |
| b) <i>Reserva legal</i> : Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| Rodrigo Assad Macool - Diretor; Carlos Eduardo Tavares de Castro - Diretor; Anderson Xavier de Farias - Contador - CPF: 022.482.407-40 - CRC RJ-091850/O-5 | | | | |
| Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras | | | | |
| Aos acionistas da Águas de Juturnaíba S.A.: Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Águas de Juturnaíba S.A. ("Concessionária"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 19 de março de 2025. | | | | |
| ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F; Gláucio Dutra da Silva - Contador - CRC-1RJ090174/O. | | | | |

Mundo

KREMLIN

Medidas acertadas com EUA dependem de remoção de sanções

PEDRO LIMA/AE

Rússia e Estados Unidos anunciaram os resultados de uma reunião entre grupos de especialistas dos dois países, com avanços em áreas como segurança marítima e exportações agrícolas - mas condicionados à retirada de uma série de sanções contra Moscou, segundo comunicado divulgado ontem, pelo Kremlin.

Os pontos centrais do acordo, já tratados em nota anterior da Casa Branca, incluem a "Iniciativa do Mar Negro", que prevê "a garantia da segurança da navegação no Mar Negro, a não utilização da força e a proibição do uso de embarcações comerciais para fins militares".

Além disso, os EUA se comprometeram a "apoiar a restauração do acesso das exportações russas de produtos agrícolas e fertilizantes ao mercado mundial", com facilitação de seguros, portos e pagamentos.

No entanto, o Kremlin deixou claro que essas medidas só entrarão em vigor após a remoção de sanções específicas, co-

mo a reconexão do Rosselkhozbank e outras instituições financeiras russas ao sistema SWIFT, a abertura de contas necessárias para transações internacionais, o fim das restrições a empresas exportadoras de alimentos, fertilizantes e produtos pesqueiros, bem como às seguradoras que trabalham com essas cargas, a liberação de navios com bandeira russa envolvidos no comércio desses produtos e a permissão para atracação em portos estrangeiros, além da suspensão de sanções sobre a entrega de equipamentos agrícolas e outros bens ligados à produção de alimentos.

O comunicado também destacou o entendimento sobre os ataques a instalações energéticas, com Rússia e EUA concordando em uma "proibição de ataques" por 30 dias, a partir de 18 de março de 2025, com possibilidade de extensão.

O acordo, porém, permite que uma das partes se retire caso a outra não cumpra os termos. Ambos os lados afirmaram que continuarão trabalhando por uma "paz estável e duradoura".

Arábia Saudita.

Os dois países também chegaram a um acordo que "proíbe ataques a instalações energéticas da Rússia e da Ucrânia", em linha com discussões prévias entre os presidentes Donald Trump e Vladimir Putin.

Além disso, EUA e Rússia se comprometeram a "garantir navegação segura" no Mar Negro, "eliminar o uso da força" e "evitar o uso de navios comerciais para fins militares" na região.

CASA BRANCA

Senado investiga vazamento de planos de guerra de Trump

O Senado dos Estados Unidos iniciou uma investigação sobre o vazamento de planos de guerra por engano por parte da cúpula da Casa Branca. Os principais oficiais de inteligência do presidente Donald Trump, incluindo os diretores do FBI e da CIA, são ouvidos na Comissão de Inteligência ontem.

A investigação ocorre um dia após a notícia de que várias autoridades de segurança nacional do governo republicano enviaram mensagens de texto com planos de guerra para ataques no Iêmen em um grupo do aplicativo de mensagens Signal que incluía o editor-chefe da revista norte-americana *The Atlantic*, Jeffrey Goldberg. Os ataques ocorreram duas horas depois das mensagens.

O senador democrata Mark

Warner, membro da Comissão de Inteligência, denunciou o que chamou de um padrão de "comportamento descuidado e incompetente" do governo com relação ao manuseio de informações confidenciais. "Tirando o fato por um momento que informações confidenciais nunca devem ser discutidas em um sistema não confidencial, também é simplesmente incompreensível", declarou.

Entre as autoridades ouvidas, estão o diretor do FBI, Kash Patel, o diretor da CIA, John Ratcliffe, e a diretora de Inteligência Nacional, Tulsi Gabbard. Eles também irã depor na Câmara nesta quarta-feira, 26.

Aos senadores, Ratcliffe afirmou que as informações no Signal não incluíam informações confidenciais. "Minhas comunicações, para deixar claro, no

grupo de mensagens do Signal eram inteiramente permitidas e legais e não incluíam informações confidenciais", disse o diretor da CIA.

Segundo fontes ouvidas pelo portal americano Politico, após o vazamento houve pedidos para que os envolvidos renunciassem. Isso inclui o conselheiro de segurança nacional de Trump, Mike Waltz. O relato publicado na *The Atlantic* diz que foi Waltz quem convidou o jornalista a participar do grupo.

Diversas autoridades do governo classificam a atitude de Waltz como "imprudente". Uma outra fonte ouvida pelo Politico chamou o conselheiro de segurança de "idiota". "Todos na Casa Branca podem concordar em uma coisa: Mike Waltz é um idiota."

Os pedidos de renúncia tam-

bém são direcionados ao secretário de defesa, Pete Hegseth, que também estava no grupo. O presidente do Comitê Nacional Democrata, Ken Martin, chamou Hegseth de "inapto". "Assim como seu chefe Donald Trump, Hegseth - e todos os outros envolvidos - demonstraram uma imprudência impressionante e desrespeito pela nossa segurança nacional", disse em um comunicado.

O presidente da Câmara dos Representantes, o republicano Mike Johnson, tentou amenizar a situação. "Acho que seria um erro terrível haver consequências adversas para qualquer uma das pessoas que estejam envolvidas naquela ligação", disse Johnson. "Eles estavam tentando fazer um bom trabalho, a missão foi cumprida com precisão."

EUA ajudarão a restaurar acesso da Rússia ao mercado mundial

PEDRO LIMA/AE

Em comunicado divulgado ontem, a Casa Branca anunciou que os Estados Unidos ajudarão a "restaurar o acesso da Rússia ao mercado mundial" para exportações agrícolas e de fertilizantes, além de reduzir custos de seguros marítimos e facilitar portos e sistemas de pagamento. A medida foi acertada durante reuniões técnicas entre delegações dos dois países em Riad, na

últimas semanas, o que significa que quase um terço da alta gestão da agência já saiu ou está de saída.

As saídas, descritas como aposentadorias, não foram anunciadas publicamente. A *Associated Press* confirmou a informação com dois funcionários do CDC que falaram sob condição de anonimato por não estarem autorizados a discutir o assunto.

Os anúncios ocorrem um dia depois de a Casa Branca indicar Susan Monarez para assumir a

diretoria do CDC. No entanto, não está claro se essa decisão teve alguma influência na saída dos líderes da agência. No início do mês, o governo Trump retirou a indicação do ex-congressista da Flórida, Dr. David Welton, pouco antes de uma audiência no Senado.

Funcionários do CDC, incluindo líderes da organização, vêm se preparando para possíveis cortes de funcionários e uma reestruturação drástica da agência sob a gestão de Donald Trump. A Casa Branca está ana-

lisando uma proposta de redução da força de trabalho do CDC e de outras agências federais de saúde, apresentada no início do mês, mas o conteúdo do plano ainda não foi divulgado.

"As dificuldades para esses profissionais realizarem seu trabalho diariamente devem ser enormes", disse Jason Schwartz, pesquisador de políticas de saúde da Universidade de Yale, que estuda agências governamentais da área. "O futuro do CDC está ameaçado, de qualquer forma que se analise."

UNIVERSIDADE

Unicamp divulga lista de leituras para os próximos vestibulares

A Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) divulgou ontem, a lista de leituras obrigatórias dos próximos três anos de vestibular. As novas obras serão cobradas a partir da edição de 2027. Veja a lista abaixo:

- Para a edição de 2027, passam a integrar a lista: Memórias Póstumas de Brás Cubas, de Machado de Assis; Canções escolhidas, de Paulo César Pinheiro e Os funerais da Mamã Grande, de Gabriel Garcia Márquez;

- Para o Vestibular Unicamp 2028, as novas obras são: O direito à literatura (capítulo de Vários Escritos), de Antonio Candido; Os quinze, de Raquel de Queiróz e Quarenta dias, de Maria Valéria Rezende;

- No Vestibular Unicamp 2029 passam a fazer parte: Broquéis, de Cruz e Souza; Lésbia, de Maria Benedita Bormann; Chá do príncipe, de Olinda Beja.

Além dessas novas obras, as listas são compostas também de indicações já feitas nos anos anteriores (veja as listas completas abaixo). A cada ano, são indicadas nove obras para leitura, sendo sempre três novas obras em relação ao ano anterior.

Segundo a universidade, a divulgação com antecedência tem como objetivo permitir o planejamento das escolas e dar um tempo maior para que os vestibulandos possam se preparar para a prova.

Sobre a presença de obras estrangeiras na lista, a banca de literatura destacou que a escolha dialoga com a perspectiva sinalizada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e explicou que, nesse sentido, tanto a literatura africana como a latino-americana estão representadas por duas coleções de contos: Os funerais da Mamã Grande, do escritor colombiano Gabriel García Márquez, e Chá do príncipe, da escritora santomense Olinda Beja.

Já em relação à adoção, no gênero poesia, das canções de Paulo César Pinheiro, de acordo com a banca, a ideia é expandir a experiência dos estudantes de ensino médio com a literatura considerando, por exemplo, o lirismo intenso e uma profunda inquietação política e social presentes na obra e que mesclam um refinado trabalho com a linguagem e recursos da poesia popular e da oralidade.

Dentre as obras clássicas da literatura brasileira que passam a fazer parte estão Memórias Póstumas de Brás Cubas, de 1881, considerada pela banca como um divisor de águas na obra de Machado de Assis e na própria literatura brasileira do século XIX; e O Quinze, romance de estreia de Rachel de Queiroz, publicado em 1930, apontada como uma obra marcante na vertente regionalista do modernismo brasileiro.

METRÔ

Mulher fica presa entre porta de segurança e vagão da Linha 2-Verde

RENATA OKUMURA/AE

Uma passageira ficou presa entre a porta de segurança e do vagão da Linha 2-Verde do Metrô de São Paulo. O incidente aconteceu na Estação Vila Prudente na manhã de segunda-feira passada. Em nota, o Metrô informou que a mulher não teve ferimentos e foi retirada com apoio da equipe da companhia.

De acordo com o Metrô, a usuária tentou embarcar após a emissão dos alertas sonoros e luminosos, quando as portas da plataforma e da composição já estavam em processo de

fechamento. "Ela foi assistida pela equipe de plataforma e, sem ferimentos, dispensou o atendimento médico", disse a companhia.

O Metrô, por meio de nota, reforçou a importância de que os passageiros respeitem os limites das plataformas - demarcados por faixas amarelas, inclusive nas estações com portas automáticas - e sigam os avisos sonoros e visuais.

"Evitar o embarque durante o fechamento das portas é essencial para garantir a segurança de todos", alertou a companhia.

CANAL SECURITIZADORA

CNPJ nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 73ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 73ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJIME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 13 do Termo de Securitização de Créditos Mobiliários da Série Única da 73ª (Septuagésima Terceira) Emissão da Canal Companhia de Securitização ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 14 de abril de 2025, às 15:00 horas de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial, com a presença de quaisquer Titulares dos CRI em Circulação para fins de instalação. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste Edital de Convocação. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Aprovar a concessão de Waiver, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado, conforme previsto na Cláusula 8.1, item "h", do Termo de Securitização; (II) Aprovar a substituição da Conta Escrow, mantida hoje no Banco Arbi S.A., para o Banco Grafeno Holding S.A., nos termos do contrato que seguirá na forma do Anexo II da ata; (IV) Aprovar a exclusão do Item "o" previsto na cláusula 3.2. do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Cotas em Garantia e Outras Avenças ("Alienação Fiduciária de Cotas"); (V) Autorizar a Emissora, o Agente Fiduciário e as demais partes relacionadas à Emissão, conforme aplicável, a praticarem todos os atos necessários para a efetivação e implementação dos itens acima, bem como celebrarem quaisquer aditamentos aos Documentos da Operação que se façam necessários para a efetivação das matérias eventualmente aprovadas da Ordem do Dia, no prazo de até 30 (trinta) dias. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, com cópia ao Agente Fiduciário, no e-mail fiduciario@trusteetdm.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI DUE", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identificação de com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identificação com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Fica facultado aos Titulares dos CRI o preenchimento do voto durante a realização da AGT ou através do envio da Instrução de Voto, sem rasuras, cujo modelo e instruções de preenchimento pode ser encontrado no site da Securitizadora. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema FUNDOS.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação.

São Paulo/SP, 25 de março de 2025. **Nathalia Machado Loureiro** - Diretora

GOLPISTAS

TRE mantém cassação do diploma de Carla Zambelli

GUILHERME JERONYMO/ABRASIL

O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo rejeitou recursos da defesa de Carla Zambelli (PL) e manteve a cassação do diploma de deputada federal e a ine-

gibilidade dela por oito anos, a partir da eleição de 2022.

A decisão, que confirma julgamento de janeiro deste ano, foi motivada por uma ação da também deputada Sâmia Bomfim (PSOL), que alegava que Zambelli divulgou informações

inverídicas sobre o processo eleitoral e cita uso indevido dos meios de comunicação e a prática de abuso de poder político.

O voto do desembargador Encinas Manfré rejeitou as teses da defesa, sobre as quais se manifestou afirmando que "as graves con-

diutas da representada, com demonstração da elevada repercussão, da difusão de informações falsas e descontextualizadas" configuram abuso dos meios de comunicação. Cabe recurso à rejeição dos embargos de declaração do Tribunal Superior Eleitoral.

QUALIDADE DE VIDA

Desigualdade na saúde de SP concentra nas zonas norte e leste

GUILHERME JERONYMO/ABRASIL

A distribuição de equipamentos de saúde desigual na cidade de São Paulo influencia indicadores importantes para a qualidade de vida da população, e afeta as regiões mais periféricas da cidade e bolsões de pobreza no centro, aponta estudo da Rede Nossa São Paulo.

A análise, que compõe um recorte específico do Mapa da Desigualdade, ferramenta pensada pela organização para auxiliar gestores públicos e sociedade civil a identificar prioridades é construída a partir de levantamento de dados oficiais em diferentes áreas. O conjunto divulgado hoje se debruça sobre cinco indicadores da área da saúde: mortalidade materna, mortalidade infantil, incidência de dengue, tempo médio para consultas na atenção primária e mortalidade por doenças do aparelho respiratório. Esta divisão retrata o de-

envolvimento destes indicadores nos 96 distritos da cidade.

Agregados, os dados mostram que as Regiões Norte e Leste são as mais carentes de serviços públicos e infraestrutura em saúde, principalmente nas áreas mais próximas das divisas ao norte, com outros municípios da região metropolitana como Cajamar, Caieiras e Mairiporã, e da região leste, como Guarulhos, Itaquaquecetuba, Poá e Ferraz de Vasconcelos. Via de regra bairros mais centrais tem melhores indicadores, o que não ocorre, porém, na região do Pari e Brás, há décadas marcadas por ocupações e cortiços e que atraem a população pela proximidade com áreas de comércio popular.

Os dados refletem o distrito de residência da pessoa. No topo do ranking aparecem os distritos do Itaim Bibi, Pinheiros e Moema. Na outra ponta, Ponte Rasa, São Miguel e Pari. O ranking conside-

ra sete indicadores: idade média ao morrer e gravidez na adolescência (já divulgados anteriormente) e os cinco que estão sendo publicados nesta fase.

"O resultado que a gente tem é uma coisa muito contundente, né, no sentido de que certas regiões da cidade são grandes manchas vermelhas que mostram o pior desempenho dessas regiões, daqueles temas, e que estão concentradas nas áreas mais periféricas da cidade. Então, por mais que não seja no extremo sul, no extremo leste da cidade, mas é nas áreas mais periféricas onde esses problemas se concentram", explicou Igor Pantoja, coordenador de Relações Institucionais da Rede Nossa São Paulo e do Instituto Cidades Sustentáveis.

Pantoja aponta ainda que algumas regiões tem desequilíbrios específicos, em alguns indicadores, enquanto apresentam resultados positivos em ou-

tros. O distrito Jaguará, por exemplo, é aquele com maior incidência de casos de dengue, porém não tem registro de Mortalidade Materna. Os dados completos podem ser consultados diretamente no *site* da Rede.

Questionada sobre as desigualdades, a Secretaria Municipal de Saúde informou que foram entregues 93 equipamentos de saúde desde 2021, e que há 1.055 unidades municipais de saúde distribuídas por toda a cidade.

Segundo a pasta "todas as UBSS atendem demandas espontâneas, servindo como porta de entrada do sistema de saúde". A gestão destacou também o aumento de Unidades de Pronto Atendimento, de 3 para 33 nos últimos quatro anos, e a transformação de 12 dos 17 Hospitais Dia em unidades de atendimento 24 horas, capazes de realizar cirurgias de baixa e média complexidade.

PLANO DE AÇÕES

São Paulo apresenta plano de ação contra despejos irregulares no Tietê

A proliferação de algas e macrofitas no Rio Tietê, agravada pelo aumento das temperaturas médias registrado em São Paulo desde o ano passado, é alvo de um plano de ações de curto, médio e longo prazo apresentado ontem pelo Governo de SP. A Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado apresentou a estratégia que inclui a criação de um grupo para fiscalizar fontes poluidoras e despejos irregulares no Tietê.

A pasta fez o detalhamento do plano ao Fórum de Integração das Ações de Recuperação do Rio Tietê (FIAR-Tietê), responsável pela governança do Programa IntegraTietê. Uma das principais medidas é a criação de um Grupo de Fiscalização Integrada (GFI) nas Bacias Hidrográficas do Tietê, que passará a atuar em toda a extensão do rio, com foco nos locais mais críticos.

O GFI, que já está em fase de formalização, será composto por membros da Semil, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), da Polícia Ambiental e das prefeituras das cidades cortadas pelo rio. Ele terá como atribuição fiscalizar a existência de fontes poluidoras e despejos

irregulares no Tietê, tais como derramamento de esgoto irregular ou de resíduos industriais ou agrícolas.

Plano para fiscalizar despejos irregulares no Tietê é desafio de todos, diz secretária

"É um desafio de todos, que precisa ser enfrentado de forma integrada. Isso é o que estamos propondo. O reforço na fiscalização por meio do GFI se soma a um esforço já em curso de estímulo à ampliação da cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgoto, seja por meio das exigências previstas no contrato da Sabesp, seja por meio do UniversalizaSP, que visa atingir a universalização do saneamento nas cidades não atendidas pela Sabesp por meio de arranjos regionais", disse a secretária Natália Resende à Agência SP.

No plano para evitar despejos irregulares no Tietê discutido na reunião, também foi apresentada medida para garantir a liberação do canal de navegação da barragem de Barra Bonita, onde foi registrada uma proliferação elevada de plantas aquáticas, numa extensão de cerca de 20 hectares.

A operadora da barragem se comprometeu em seguir com o manejo das macrofitas, garantindo o seu vertimento gradati-

vo. A operação será apoiada pelo Departamento Hidroviário da Semil, acompanhada e monitorada pela Cetesb. Será feita medição diária de oxigênio a montante e jusante da Usina, para acompanhar o nível de oxigenação na água. Além disso, a empresa informou que faz o monitoramento trimestral para acompanhar a taxa de ocupação do reservatório.

A Cetesb também fará a instalação imediata de sonda de monitoramento da qualidade da água a jusante da barragem. Esta é uma das seis novas estações anunciadas para ampliar o monitoramento da qualidade da água do Rio Tietê, resultado de um investimento de R\$ 8,6 milhões.

Serão duas estações para a região do Baixo Tietê, especificamente nos reservatórios de Barra Bonita e Promissão, e quatro estações para a bacia do Rio Piracicaba, que serão instaladas até o final do ano. As novas estações farão parte do Sistema Integrado de Monitoramento de Qualidade das Águas (SIMQUA), que foi inaugurado em junho de 2024 e marcou um avanço importante na transparência e eficiência do monitoramento ambiental. Atualmente, o SIMQUA permite que a população acesse dados em tempo real

sobre a qualidade das águas dos principais rios e reservatórios do estado, com informações provenientes de 20 estações de monitoramento.

Para as ações de médio e longo prazo, foram apresentadas sugestões a serem discutidas e avaliadas pelo FIAR, composto pela Semil, Cetesb, SP Águas, Fundação Florestal, Sabesp, Emae e seis comitês de bacias. Entre as ações sugeridas estão a aquisição e instalação de boias para isolamento da área navegável da barragem de Barra Bonita, a articulação com produtores rurais e entidades do agro para garantir as melhores práticas de conservação do solo para minimizar o escoamento superficial de fertilizantes e outros resíduos para os corpos hídricos, entre outras.

"A eutrofização do rio Tietê é um problema histórico que, com o aquecimento global, tem sido mais intenso e frequente. As medidas emergenciais são importantes, mas a solução definitiva passa por um plano integrado com o objetivo principal de eliminar o lançamento de esgoto e a poluição difusa. E isso só conseguiremos por meio do endurecimento da fiscalização e da antecipação da universalização em São Paulo", afirma Natália Resende à Agência SP.

Nota

SP ANUNCIA R\$ 80 MI EM PREMIAÇÃO PARA PREFEITURAS QUE AVANÇARAM NA ALFABETIZAÇÃO

O Governo do Estado de São Paulo premiou, ontem, no Memorial da América Latina, 470 municípios que se destacaram na alfabetização de crianças. O Prêmio Excelência Educacional, parte do programa Alfabetiza Juntos SP, reconhece os esforços das redes municipais que atingiram as metas estabelecidas na avaliação do Saresp (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo) 2024. O

investimento total na premiação é de R\$ 80 milhões. "O que tem de mais moderno em termos de política social? O que pode ser mais definitivo quando a gente pensa em superação da pobreza? A resposta é o investimento na primeira infância. É pensar nas ferramentas para preparar esses jovens para o futuro. Aqueles municípios que têm os melhores resultados em termos de alfabetização são também os com melhores resultados nas avaliações do Ensino Médio. A correlação é perfeita. Está claro qual caminho devemos seguir: a alfabetização na idade certa", destacou o governador Tarcísio de Freitas.

Balanco patrimonial 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)
Ativo: Circulante (Caixa e equivalentes de caixa, Estoques, Despesas antecipadas, etc.), Não circulante (Tributos a receber, Outros ativos), Patrimônio líquido (Capital social, Reserva acumulada, etc.).
Passivo: Circulante (Emprestimos e financiamentos, Provisões para contingências, etc.), Não circulante (Tributos a pagar, Outros passivos), Patrimônio líquido (Capital social, Reserva acumulada, etc.).

AGUAS DE JAHU S.A. CNPJ 09.098.034/0001-77
Subsidiária sem responsabilidade jurídica. Divulgações permitidas em caráter informativo.
Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)
Receita líquida, Custo dos serviços prestados, Resultado operacional antes do resultado financeiro, Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, Imposto de renda e contribuição social - líquido, Lucro líquido do exercício.

Nota 31/12/2024 31/12/2023
Ativo: Circulante (Caixa e equivalentes de caixa, Estoques, Despesas antecipadas, etc.), Não circulante (Tributos a receber, Outros ativos), Patrimônio líquido (Capital social, Reserva acumulada, etc.).
Passivo: Circulante (Emprestimos e financiamentos, Provisões para contingências, etc.), Não circulante (Tributos a pagar, Outros passivos), Patrimônio líquido (Capital social, Reserva acumulada, etc.).

AGUAS DE JAHU S.A. CNPJ 09.098.034/0001-77
Subsidiária sem responsabilidade jurídica. Divulgações permitidas em caráter informativo.
Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)
Fluxo de caixa das atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimento, Fluxo de caixa das atividades de financiamento, Fluxo de caixa das atividades de distribuição.

AGUAS DE JAHU S.A. CNPJ 09.098.034/0001-77
Subsidiária sem responsabilidade jurídica. Divulgações permitidas em caráter informativo.
Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)
Fluxo de caixa das atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimento, Fluxo de caixa das atividades de financiamento, Fluxo de caixa das atividades de distribuição.

Nota 31/12/2024 31/12/2023
Ativo: Circulante (Caixa e equivalentes de caixa, Estoques, Despesas antecipadas, etc.), Não circulante (Tributos a receber, Outros ativos), Patrimônio líquido (Capital social, Reserva acumulada, etc.).
Passivo: Circulante (Emprestimos e financiamentos, Provisões para contingências, etc.), Não circulante (Tributos a pagar, Outros passivos), Patrimônio líquido (Capital social, Reserva acumulada, etc.).

AGUAS DE JAHU S.A. CNPJ 09.098.034/0001-77
Subsidiária sem responsabilidade jurídica. Divulgações permitidas em caráter informativo.
Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)
Fluxo de caixa das atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimento, Fluxo de caixa das atividades de financiamento, Fluxo de caixa das atividades de distribuição.

AGUAS DE JAHU S.A. CNPJ 09.098.034/0001-77
Subsidiária sem responsabilidade jurídica. Divulgações permitidas em caráter informativo.
Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)
Fluxo de caixa das atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimento, Fluxo de caixa das atividades de financiamento, Fluxo de caixa das atividades de distribuição.

Nota 31/12/2024 31/12/2023
Ativo: Circulante (Caixa e equivalentes de caixa, Estoques, Despesas antecipadas, etc.), Não circulante (Tributos a receber, Outros ativos), Patrimônio líquido (Capital social, Reserva acumulada, etc.).
Passivo: Circulante (Emprestimos e financiamentos, Provisões para contingências, etc.), Não circulante (Tributos a pagar, Outros passivos), Patrimônio líquido (Capital social, Reserva acumulada, etc.).

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade (11) 2655-1899

